



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO DE ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE “PROJETO MUSEU DA ÁGUA DO RIO VEZ – RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PARA CONSERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO RIPÍCOLA” ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL “GABINETE TÉCNICO DAS ALDEIAS – ARQUITECTURA E SERVIÇOS UNIPESSOAL, LDA”, DE PONTE DE LIMA -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia 17 de Agosto de 2015, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de divisão, servindo de oficial público da mesma Câmara, compareceram:

Dr. João Manuel do Amaral Esteves, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com o seu despacho de 14 de julho de 2015, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Engº Francisco Silva de Calheiros e Menezes, titular do Cartão de Cidadão n.º 01771138 0ZZ4, válido até 25-02-2016, natural da freguesia de Calheiros, concelho de Ponte de Lima, onde reside no Paço de Calheiros, que outorga na qualidade de **gerente**, com poderes para este acto, em representação da sociedade comercial por quotas que usa a firma **“GABINETE TÉCNICO DAS ALDEIAS – ARQUITECTURA E SERVIÇOS UNIPESSOAL, LDA”**, com sede na Praça da República, nº 15, Ponte de Lima, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponte de Lima com o número único de matrícula e de identificação fiscal **506 461 947**, com o capital social de € 5.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

Primeira O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **14 de Julho de 2015**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada da segunda outorgante, o **“PROJETO MUSEU DA ÁGUA DO RIO VEZ – RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS PARA CONSERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO RIPÍCOLA”**. -----

Pelo referido Despacho a Presidência da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de € **28.600,00** (Vinte e oito mil e seiscientos euros), mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira: O prazo de prestação do serviço adjudicado é de **60 dias**, a contar da data da assinatura do contrato. -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efectuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação Orgânica – **Capítulo 02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções Diversas; e **Alínea 13** – Outros. -----

- Classificação Funcional – **34205**. -----

Sexta: O presente contrato foi objecto de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal, de **22 de junho de 2015**, nos termos do disposto nos nºs 5, 6 e 12 do artigo

75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2015). -----

Sétima: O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, do Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Oitava: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

Nona: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) O caderno de encargos; -----

d) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

Décima: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

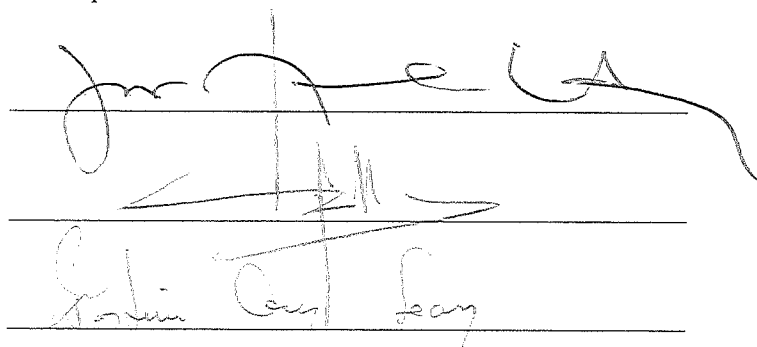
Décima Primeira: O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Segunda: Que se obriga a realizar os serviços objecto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno

de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos: a) Declaração da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **01-07-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Ponte de Lima, em **01-07-2015**, comprovativa de que a sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial subscrita em 25-06-2008 e válida até **01-10-2015**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este acto; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração Anexo II do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim, António Carlos Leão Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema da Contabilidade do Município com o nº **77/029/2015**, de **14-08-2015**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **29/2015**